



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA
13ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE JOINVILLE

Inquérito Civil nº 06.2019.00005708-0

**TERMO DE COMPROMISSO DE
AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, representado neste ato pela titular da 13ª Promotoria de Justiça da Comarca de Joinville, com atuação na Curadoria do Consumidor, doravante denominado **COMPROMITENTE**, e **NUTRIPLUS ALIMENTAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA**, inscrita no CNPJ n. 45.254.634/0001-66, estabelecida em Salto/SP à rua Novik, n. 221, Distrito Industrial, CEP 13329-620, representada por *Ignácio de Moraes Júnior*, inscrito no CPF sob o n. 027.130.588-64 e *Márcio Milioni*, inscrito no CPF sob o n. 077.185.058-12, neste ato ainda acompanhados por sua advogada Dra. Maria Fernanda Bernardinetti, OAB/SP 258.229, e **VIEIRA E COUTO COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA**, inscrita no CNPJ n. 09.652.135/0001/06, com sede em São Vicente/SP à rua Monte Castelo, n. 07, Vila Margarida, CEP 11335-030, representada por *Francisco Saldanha Diniz*, inscrito no CPF sob o n. 783.220.148-72, neste ato ainda acompanhado por seu advogado Dr. André Luiz Roxo Ferreira Lima, OAB/SP n. 156.748, doravante denominados **COMPROMISSÁRIOS**;

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 129 da Constituição Federal de 1988 – CF), assim como a proteção dos interesses difusos, coletivos (art. 127, III, da CF, e art. 81, I e II, da Lei Federal n. 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor – CDC) e individuais homogêneos (art. 127, IX, da CF e art. 81, III, e 82, do CDC);

CONSIDERANDO que o art. 5º, inciso XXXII, da CF impõe que “o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor” e que o art. 170 determina que “a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios (...) IV – defesa do consumidor”;

CONSIDERANDO ser direito básico do consumidor a proteção de sua vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos (art. 6º, I, do CDC);

CONSIDERANDO ser direito básico do consumidor, dentre outros, obter informação clara e adequada sobre os diferentes produtos e serviços (art. 6º, III do CDC);

CONSIDERANDO que os produtos e serviços colocados no mercado de consumo não poderão acarretar riscos à saúde ou segurança dos



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA
13ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE JOINVILLE

consumidores, exceto os considerados normais e previsíveis em decorrência de sua natureza e fruição (art. 8º do CDC);

CONSIDERANDO que o fornecedor não poderá colocar no mercado de consumo produto que sabe ou deveria saber apresentar alto grau de nocividade ou periculosidade à saúde ou segurança, bem como produto em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes, (art. 10, *caput*, e art. 39, VIII, ambos do CDC);

CONSIDERANDO que são impróprios ao consumo os produtos nocivos à vida ou à saúde, assim como aqueles em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição ou apresentação, os produtos que estejam com prazo de validade vencido ou inadequados ao fim que se destinam (art. 18, §6º, do CDC);

CONSIDERANDO que o fornecedor responde pela reparação de danos ocasionados aos consumidores, inclusive de caráter difuso (art. 6º, VI, do CDC), por defeito do produto (art. 12, *caput*, do CDC);

CONSIDERANDO que se considera defeituoso o produto quando não oferece a segurança que dele legitimamente se espera, levando-se em consideração o uso e os riscos que lhe são inerentes (art. 12, §1º, II, do CDC);

CONSIDERANDO a necessidade de rastreamento dos alimentos para identificar a origem de um produto em qualquer momento do processo de produção e distribuição, visando a atender o direito do consumidor à informação, preconizado nos arts. 6, III, e 31, ambos do CDC, e, mediante identificação, para que se possa efetivamente reprimir o uso irregular de agrotóxicos, de forma a atender a segurança alimentar, uma vez que o consumo de alimentos contaminados com agrotóxicos proibidos ou em quantidade superior aos níveis de tolerância permitidos é potencialmente nocivo à vida e à saúde dos consumidores;

CONSIDERANDO que, dependendo do contexto fático, pode constituir crime contra as relações de consumo vender ou expor à venda mercadoria cuja composição esteja em desacordo com as prescrições legais, ou que esteja de qualquer forma impróprio ao consumo (art. 7º, II e IX, da Lei Federal n. 8.137/90);

CONSIDERANDO que se apurou nos autos em epígrafe que no ano de 2018, enquanto a Nutriplus mantinha com o Estado de Santa Catarina contrato para a preparação e distribuição das merendas escolares em determinados municípios do Estado (contrato teve vigência de 2014 à 2020), foram distribuídos aos alunos do município de Joinville 275gk de pescado, do tipo cação, aos alunos do Município de Joinville, cuja rotulagem encontrava-se em desconformidade com a legislação regulamentar, já que ausentes o carimbo do SIF, o alerta sobre a presença de alergênicos e de glúten, o que colocou em risco dezenas de alunos do ensino público joinvelense;

CONSIDERANDO que na ocasião da apreensão do produto



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA
13ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE JOINVILLE

remanescente (280kg de cação), foi indicada a origem do total do produto inconforme como a NFe n. 000095520, tendo a Nutriplus ainda apresentado a NF 000022119, emitida pela compromissária Vieira e Couto Com. De Distr. de Produtos Alimentícios, em que se constatou que somente o produto objeto da violação havia sido proveniente deste fornecedor;

CONSIDERANDO que, após apreensão do produto remanescente, ainda foi confirmado o fornecimento de 752kg de pescados, adquiridos da empresa Viera e Couto, os quais estavam em desconformidade com a IN n. 22 de 24/11/2005 MAPA (Item 6.4.1: rótulo deve contar endereço completo e cidade do fabricante); RDC nº 26 de 2/7/2015 ANVISA (art.6º: ausência do aviso "Alérgicos contém:(...)"; Lei n. 10.674 de 16/5/2003 (art. 1º: todos os alimentos industrializados devem conter a informação "contém glúten" ou "não contém glúten"); RDC n. 360 de 23/12/2003 ANVISA (item 3.4.2 e 3.4.3.1: o valor energético deve ser indicado em kcal e kj e o valor energético e o percentual de valor diário em números inteiros);

CONSIDERANDO que a fornecedora Vieira e Couto Comércio e Distribuição de Produtos Alimentícios Ltda reconheceu expressamente sua falha na fl. 59, firmando documento de retratação, em que confirma a irregularidade dos rótulos do produto e a necessidade de descarte deles, os quais seriam repostos.

CONSIDERANDO que a devida delimitação da responsabilidade dos ora compromissários Vieira Couto, pela distribuição do produto, e Nutriplus pela entrega do pescado aos alunos;

CONSIDERANDO que a Nutriplus não possui mais contrato com o Estado de Santa Catarina com o mesmo objeto (distribuição de merendas);

RESOLVEM

Celebrar o presente **Compromisso de Ajustamento de Conduta**, com a permissão do art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85, mediante os seguintes termos:

Cláusula 1ª (Prevenção – obrigação de fazer) - Os COMPROMISSÁRIOS assumem a obrigação de comercializar somente produtos em conformidade com legislação federal, estadual e municipal vigentes, bem como a manter fiscalização diária das condições dos produtos expostos a consumo, no que se refere a prazo de validade, distribuição, apresentação e rotulagem.

Cláusula 2ª (Medida Compensatória – obrigação de dar) - Pelos riscos a que ficaram expostos os alunos da rede pública de ensino em Joinville, decorrentes da comercialização de alimento (pescado) em desconformidade com os parâmetros legais, os COMPROMISSÁRIOS assumem a obrigação de pagar em prol do Fundo para a Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina (FRBL), criado pela Lei Estadual n. 15.694/2011 e regulamentado pelo Decreto Estadual n. 808/12, a MEDIDA COMPENSATÓRIA no valor de **R\$ 12.130,65**, a ser



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA
13ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE JOINVILLE

rateada entre os compromissários, em virtude de sua responsabilidade solidária (Boletos entregues no ato).

Parágrafo único. A comprovação desta obrigação deverá ocorrer em **até 05 (cinco) dias** após o efetivo pagamento por meio da apresentação de comprovante de quitação a esta Promotoria de Justiça, pessoalmente ou pelo *e-mail*: joinville13pj@mpsc.mp.br.

Cláusula 3ª (Multa Cominatória) - OS COMPROMISSÁRIOS ficarão sujeitos ao pagamento de multa cominatória no valor de **R\$ 1.000,00 (mil reais)** ao Fundo para a Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina (FRBL), **sempre que constatado** o descumprimento das obrigações assumidas nas Cláusulas Primeira e Segunda.

Cláusula 4ª (Reincidência) - A multa cominatória fixada na Cláusula 3ª é cumulativa e incidirá tantas vezes quantas forem as obrigações descumpridas.

Cláusula 5ª (Compromisso do Ministério Público) - O COMPROMITENTE não adotará qualquer medida judicial de cunho civil contra os COMPROMISSÁRIOS, no que diz respeito aos itens acordados, caso este ajuste de condutas seja integralmente cumprido.

Cláusula 6ª (Foro) - As partes elegem o foro da Comarca de Joinville para dirimir eventuais controvérsias decorrentes do presente Termo.

Assim, justos e acertados, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, firmam as partes o presente termo de compromisso em 3 (três) vias de igual teor, com eficácia de título executivo extrajudicial, cujas cláusulas têm aplicação imediata, a despeito da remessa posterior ao Conselho Superior do Ministério Público.

Joinville, 22 de novembro de 2021.

[assinado digitalmente]

Chimelly Louise de Resenes Marcon
Promotora de Justiça Especial

Nutriplus Alimentação e Tecnologia Ltda
Ignácio de Moraes Júnior
CPF n. 027.130.588-64



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA
13ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE JOINVILLE

Márcio Milioni
CPF n. 077.185.058-12

Dra. Maria Fernanda Bernardinetti
OAB/SP 258.229,

Vieira e Couto Com. e Dist. de Produtos Alimentícios Ltda.
Francisco Saldanha Diniz

Dr. André Luiz Roxo Ferreira Lima
OAB/SP n. 156.748,